

“Hierarquia da invisibilidade”: preconceito e homofobia na formação policial militar

Fábio Gomes de França

Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Segurança Pública pelo Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba - PMPB. Pesquisador na área de Sociologia da violência, do poder e do controle social e em temas relacionados à Segurança Pública e Direitos Humanos. Professor de Criminologia pelo Centro de Educação da PMPB.

 filhosdalegio@gmail.com

Resumo

Este artigo se debruça sobre a visão de alunos homoafetivos que ingressaram no Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Polícia Militar da Bahia. Assim, diante da evidente “dominação masculina” na realidade das casernas policiais e da conseqüente naturalização de uma cultura institucional na qual o atributo “ser homem” fortalece valores belicistas, buscamos compreender como se constitui a presença de alunos homoafetivos masculinos em um ambiente de formação policial militar. Para tanto, aplicamos questionários com questões abertas, enviadas por e-mail. A partir das respostas obtidas, constatamos uma situação contraditória: de um lado, temos a cultura da caserna policial militar voltada para o preconceito contra alunos homoafetivos; por outro, tais alunos conformam-se às regras culturais encontradas no quartel de formação, negando publicamente a dimensão sexual e afetiva de suas identidades para serem aceitos. Por fim, descortina-se uma “hierarquia da invisibilidade” que leva esses indivíduos a ocultarem seu autorreconhecimento.

Palavras-Chave

Polícia Militar. Virilidade. Homoafetividade.

INTRODUÇÃO

Na obra **Toque de silêncio**, Alves e Barcellos (2002) revelam a biografia de um dos autores acerca da difícil situação de ser homossexual e ingressar na carreira militar, neste caso, na Marinha brasileira. Como afirmam os próprios autores a respeito das Forças Armadas, “[...] nesta cultura permissiva em relação aos poderes do macho, sexualidade e moral têm caminhado lado a lado, num dilema psicológico que vem gerando falsos conceitos e dolorosos embaraços” (ALVES; BARCELLOS, 2002, p. 26).

Não poderia ser diferente quanto a ser um policial militar e, ao mesmo tempo, assumir a condição homoafetiva¹. Distante de parecer uma tarefa fácil, tal condição leva muitos desses policiais, de um modo geral, a ocultarem suas condições afetivas, na difícil decisão de assumirem identidades sociais que soam contraditórias. Assim, parece-nos que a regra para se garantir uma vaga no honroso mundo masculino

é criar um lugar “seguro”, por parte dos policiais homoafetivos, nutrido por reservas e cuidado com os “olhares”, quando o que dita a normalidade das relações institucionais são regulamentos “formais” e “morais”.

Nesse contexto, vislumbramos neste artigo escutar essas vozes silenciadas no universo da formação policial militar, como forma de compreender quais são as experiências vivenciadas em um ambiente em que predomina o ideal de masculinidade pautado no machismo. Além disso, soma-se a essa lógica cultural o brio, a honra, o *éthos* belicista que incita à autossuperação em nome do espírito de camaradagem próprio de um militar, capaz de criar novas identidades sociais, mas certamente incapaz de deteriorar a força do desejo que habita cada um de nós.

Nesse caminho, mostraremos o sentido da virilidade e como ele se atrela historicamente aos ideais civilizatórios que encontraram na cultura

militarista um modelo propício de legitimação. Adiante, exploramos como a virilidade e o *étos* masculino adentram, em específico, na formação policial militar, o que configura uma identidade coletiva que não admite exceções, especialmente no tocante à condição homoafetiva. Por fim, analisamos as falas apreendidas dos cadetes², a partir das quais chegamos à conclusão de que eles, enquanto indivíduos homoafetivos, vivenciam o preconceito das casernas militares ao buscar tornarem-se profissionais respeitados pela imposição cultural dos valores masculinos, ao mesmo tempo em que renegam uma suposta luta por autorreconhecimento (OLIVEIRA, 2006)³.

A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA VIRILIDADE

Sabemos que o ideal civilizador diz respeito ao controle das pulsões internas, especialmente no que tange à agressividade, sexualidade e produção de hábitos corporais capazes de criar o sentimento de constrangimento ou vergonha na interação entre os indivíduos (ELIAS, 2011). Além disso, se o exercício de controle dos instintos ficou a cargo de cada indivíduo por meio da exteriorização da etiqueta e do que passou a ser considerado os “bons costumes” na sociedade moderna, o uso da violência, no entanto, foi monopolizado pelo Estado através de seus aparatos coercitivos, como as Forças Armadas e os organismos policiais, por meio de um consenso entre a sociedade e o aparelho estatal (ELIAS, 1993).

O que se percebe é que esse “processo civilizador” de matriz europeia vai ao encontro do que propõe Foucault (1987) ao discorrer sobre o que denomina de “sociedade disciplinar”, a qual teria surgido no século XVIII, por meio de uma

tática política e militar adotada pelos Estados nacionais em ascensão, que serviu para controlar e disciplinar os corpos e as forças individuais a eles atreladas. Tem-se então que “[...] o militar se especifica, durante esse período, no ponto de junção entre a guerra e os ruídos da batalha por um lado, a ordem e o silêncio obediente da paz por outro” (FOUCAULT, 1987, p. 142). Pela perspectiva foucaultiana, compreende-se que a sociedade ocidental desenvolveu-se historicamente atrelada a dois processos: o sonho militar que visou à formatação de uma máquina social cujas engrenagens baseavam-se na coerção, no treinamento permanente e na docilidade corporal e psíquica dos sujeitos e, concomitante à lógica militarista, tivemos a legitimidade dos direitos fundamentais baseados no pacto contratualista no campo político.

Entre a pacificação dos costumes e a exteriorização do disciplinamento corporal e psíquico, o modelo militar de organização em muito contribuiu para influenciar as demais instituições nascentes na modernidade, como as fábricas e as escolas (WEBER, 1982), em um mundo ditado pela lógica burguesa, urbana e industrial. Nesse esteio, a “ordem” ganhou força como modelo ideológico de organização social na busca idealizada por uma sociedade ancorada nas trilhas do progresso. O positivismo, por exemplo, ditou as regras no campo científico, filosófico e político, assim como o capitalismo consolidou-se na esfera econômica.

Freud (1978) também nos ajuda a compreender a consolidação da “ordem” burguesa baseada no ideal de progresso e civilização ao afirmar que, em nível inconsciente, para alcançar segurança pessoal o indivíduo moderno e

civilizado teria paradoxalmente desenvolvido o controle dos instintos, das pulsões sexuais e da agressividade, o que gerou menos liberdade. Para tanto, a “ordem”, a “beleza” e a “limpeza” são elementos caros à civilização, já que, como nos ensina Douglas (1976), todas as sociedades (primitivas e modernas) visam eliminar suas impurezas de forma positiva para ordenar as coisas e colocá-las no seu devido lugar. O que se busca é criar um padrão estético socialmente orientado pela higienização dos comportamentos e condutas, estabelecendo um referencial que passa a ser o ideal a ser alcançado. No caso da modernidade, que teve no modelo cultural imposto pela Europa sua forma mais distinta de organização social, podemos falar de uma sociedade branca, culta, cristã, masculina e heteronormativa.

Nessa seleção de modelos a serem seguidos para consolidar a civilização, as casernas militares talvez sejam a melhor representação da “construção social da masculinidade” (OLIVEIRA, 2004) ou da gênese de uma “matriz de masculinidade” (LEÓN, 2009). Ser militar e ser homem são atributos que se desenvolveram de maneira indissociável, de modo que a cultura militarista sempre procurou coibir o desejo atrelado às sexualidades indefinidas, às perversões, às imoralidades, à pederastia. O padrão classificatório imposto pela modernidade não permite ir contra os desígnios divinos e sua honrosa celebração à monogamia heterossexual, única possibilidade capaz de gerar descendentes e os futuros “filhos da pátria”. Assim, “[...] nesse imaginário marcado pela intolerância ao outro e ao diferente, se às mulheres cabe a educação das crianças e os cuidados do lar, aos homens é necessário ensinar o autocontrole, a contenção

sexual, a virilidade e, sobretudo, o desejo pelo sexo oposto” (RAGO, 2012, p. 14).

A problemática do “agenciamento político do desejo” foi estudada por Foucault (2007) em sua história da sexualidade, especialmente no que tange à sociedade europeia do século XIX, na qual se destaca a regulação da população enquanto espécie por mecanismos biopolíticos. A participação do Estado na vida privada incidiu por meio da produção de saberes, pela incitação ao discurso para revelar, por meio de técnicos habilitados para tal (psiquiatras, psicólogos, educadores, criminólogos), a “verdade” presente no pensamento contaminado pela degeneração moral, que revelava comportamentos indisciplinados, logo, patológicos. Os ditames da civilização não permitiam, assim, as sexualidades periféricas e os comportamentos desregrados (prostitutas, homossexuais, delinquentes, vagabundos, grevistas, loucos, crianças incorrigíveis, mulheres adúlteras) e, neste caso, o “dispositivo de sexualidade” funcionava como um conjunto de elementos que aliava saberes e práticas orientadas no alcance de um ideal: a civilização. Colocou-se em funcionamento um “racismo estatal” na consolidação de uma ordem social pautada em uma política biologista que criou os seus “degenerados” para afirmar a hegemonia das elites dominantes (burguesas) em prol de “defender a sociedade” de seus inimigos internos (FOUCAULT, 1999).

Por ter sido colônia portuguesa, mesmo após a independência, o Brasil, especificamente em fins do século XIX, se viu, por meio da crença de suas elites, impelido a construir também uma nação eivada pelo ideal civilizatório europeu em busca do progresso. O que estava

em jogo era um modo particular de alcançar esses objetivos, dada a nossa organização sociopolítica que se viu diante da libertação dos escravos (1888) e da proclamação da República (1889). Esses fenômenos históricos promoveram a desarticulação do regime político-econômico até então vigente, mas não foram capazes de promover mudanças substanciais no plano da mentalidade coletiva culturalmente imposta pelas elites. Estaríamos diante do “desejo da nação” (MISKOLCI, 2012), o qual visava corrigir os nossos indivíduos degenerados e eliminar ou controlar as nossas “classes perigosas”. Tratou-se, também, de um projeto biopolítico que enxergou a sexualidade como um dos componentes centrais para moralizar a conduta do brasileiro, já que, “[...] a compreensão do desejo como instinto o inseria na esfera da natureza, o que, em nosso país, equivalia ao passado e ao atraso, ao que devia ser evitado de todas as formas” (MISKOLCI, 2012, p. 43).

Desse modo, para se consolidar uma “nação viril”, o regime republicano trouxe consigo a interrelação entre o Estado e a masculinidade, colocando em questão a capacidade de autocontrole dos homens que formavam a elite. Isso significava que para obter *status* e ser considerado um cidadão nacional era preciso ter uma vida orientada pelo comportamento ilibado pelo casamento e a consequente formação de uma família (MISKOLCI, 2012).

Izecksohn (2013) observa, ao fazer um levantamento histórico sobre o papel do recrutamento às Forças Armadas no Brasil, que a “virilidade nacional”, muitas vezes entoada em hinos e rememorada nos monumentos, baseia-

-se na aproximação entre a condição masculina e o senso bélico, tendo suas origens no patriotismo e no nacionalismo. Além disso, particularmente no esteio das políticas reformistas do Exército, que buscou racionalizar burocraticamente o serviço militar obrigatório, fato ocorrido em 1916, as transformações realizadas trouxeram prestígio à instituição. Tais mudanças demarcaram a busca por ascensão social pelos egressos na carreira militar baseada em “[...] emergentes padrões de masculinidade, às noções de higiene e à valorização dos exercícios físicos, vistos como antídotos contra vícios e doenças” (IZECKSOHN, 2013, p. 297).

O que se percebe, portanto, é que a relação direta entre militarismo e masculinidade e o sentido da virilidade atrelado àquele binômio foi fator fundamental para a constituição da identidade militar do Exército brasileiro e das Forças Armadas como um todo, a partir do final do século XIX e início do século XX, perdurando até os dias de hoje (SANTOS, 2004). O papel viril com o correlativo “ser macho” transformou-se em um atributo que deveria ser interiorizado especialmente nas escolas de formação, como as do Exército, por exemplo, através de “ritos de validação da masculinidade”, de modo que até mesmo no imaginário social tornou-se comum em determinadas classes sociais a afirmação de que “*filho meu tem que servir o Exército para aprender a ser homem*” (SANTOS, 2004, p. 55; grifos da autora).

Existe, nesse sentido, uma vinculação entre militarismo, virilidade e violência (MOREIRA, 2010) que transforma a condição “ser homem” em algo evidente, logo, exigindo dos homens de uma forma geral comportamentos

naturalizados pela identidade masculina assumida. Nos termos de Bourdieu (2002), teríamos a exteriorização do *habitus* enquanto uma “lei social incorporada” que acaba tornando a masculinidade naturalmente biológica. Decorre desse fato que a virilidade é uma construção relacional efetivada dentro de si mesma por parte dos homens por envolver a perda da estima, da honra e da coragem que podem ser demonstradas por atos violentos para o grupo de homens ao qual se pertence, de forma que compartilhar atributos *viris* nas Forças Armadas e nas polícias denota não ser identificado como “mulherzinha”, “fraco”, “delicado” ou “veado” (BOURDIEU, 2002).

Essa percepção por parte de militares das Forças Armadas e de policiais militares em nosso país nos conduz para o campo da homofobia, que pode ser compreendida como um sistema de humilhação vivenciado no cotidiano e que se generaliza por meio da ação de indivíduos, grupos e instituições, visando à manutenção ou mesmo criação de formas coercitivas para adequá-los aos modelos de sexualidade e gênero considerados hegemônicos (PRADO et. al., 2014). Por esse prisma, se a violência homofóbica tem sua origem relacionada ao ideal de virilidade, como este mecanismo normalizador de construção da masculinidade se caracteriza nas polícias militares?

O PAPEL DA VIRILIDADE NA FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR

No Brasil, enquanto forças públicas estaduais, desde a Constituição de 1934 as polícias militares são subordinadas ao Exército brasileiro, fato ratificado nas Cartas constitucionais posteriores, especialmente durante o período

ditatorial (1964-1985), e permaneceu com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Enquanto forças auxiliares do Exército, as PM incorporaram a cultura belicista e organizativa que as transformaram, também, em instituições militarizadas. Nota-se tal prerrogativa pelas crenças e comportamento dos seus integrantes e pela lógica dos símbolos, ritos cotidianos e festivos, num *modus vivendi* baseado na interiorização do “espírito militar” (CASTRO, 2004).

Então, se a cultura organizacional diz respeito ao modo como os indivíduos são socializados para reproduzir formas de existência baseadas em valores e sentimentos que garantam a perpetuidade da instituição, inclusive com a punição pela quebra das normas e regulamentos vigentes (BRITO; PEREIRA, 1996), tem-se também que nesse conjunto de princípios as regras morais do grupo servem de referencial para a convivência dos seus membros. Entre comportamentos formais e regulamentos morais, os integrantes das polícias militares herdaram a visão de mundo do Exército, o que inclui a crença no ideal de virilidade que, da forma como historicamente aconteceu nas Forças Armadas, acompanhou o desenvolvimento da profissão.

Nessas corporações, a formalização dos regulamentos mantém estreita relação com os valores morais que norteiam a conduta dos PM, o que se traduz no “pundonor policial militar”⁴. Assim como ocorre no Exército, esse aspecto deontológico acaba, pois, por servir de mecanismo cultural para o enaltecimento do *éthos* masculino em detrimento da presença de indivíduos homoafetivos nos seus quadros.

Não por acaso, encontramos no art. 235 do Código Penal Militar (usado tanto pelas Forças Armadas quanto pelas PM e foi aprovado no ano de 1969, em plena vigência da ditadura militar), acerca dos crimes sexuais que “[...] praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar [...]” (CPM, 2006, p. 742), configura crime de pederastia ou outro ato de libidinagem. Vê-se que o código normativo torna explícita a condição homossexual, segundo seus termos, como algo diferente, uma prática sexual diferenciada do que é considerado normalidade. No entanto, mesmo que em 2015 tenha sido votada e aprovada a retirada do Código Penal Militar pelo Supremo Tribunal Federal, a palavra “pederastia” do título do crime e a expressão “homossexual ou não” da descrição do artigo 235⁵, as práticas discriminatórias pela presença de “gays”⁶ nas corporações PM fazem parte da afirmação do ideal de virilidade.

É nesse sentido que Muniz (1999) identifica que existe a crença nativa de que ser policial militar é coisa de “sujeito homem”, pois, “a desejada macheza” e sua convincente demonstração para uma plateia policial vaidosa e exigente de seus dotes operam como um tipo de termômetro capaz de mensurar o grau de respeito e companheirismo obtido dos colegas de ofício (MUNIZ, 1999). Temos, assim, uma gramática simbólica de crenças apreendidas e reforçadas na exteriorização de comportamentos que não permitem espaços para quem não prova gostar de “mulher”. Os “gays”, com toda conotação pejorativa que o termo revela e com o reforço do preconceito presente no mundo das casernas e da atuação

policial militar tornam-se “indesejáveis”, já que os PM revelam ser:

Conhecidos pela sua adesão incondicional às atividades heterossexuais consideradas ilícitas e informais, também são retratados pela sua deliberada aversão às práticas sexuais alternativas, como o homossexualismo. De um modo geral, o desprezo e mesmo a intolerância com os comportamentos sexuais categorizados como “desviantes” costumam ser anunciados tanto na ordem discursiva quanto na forma de abordagem e tratamento dispensados àqueles atores, cuja opção sexual soa como destoante e, por sua vez, “naturalmente” provocativa (MUNIZ, 1999, 247-248).

A ação discriminatória e o desprezo a indivíduos homoafetivos tornaram-se *conditio sine qua non* da cultura policial (REINER, 2004; PALMIOTTO; UNNITHAN, 2011; BURKE, 1992) e, no Brasil, parece-nos que o “ser militar” reforça no “ser policial” tal conjuntura, pois, desde o processo de formação policial, os alunos encontram na construção viril de seus corpos concomitante à imposição moral do *êthos* militar a *raison d'être* da profissão. O corpo passa a ser visto como o elo de ligação entre o orgulho sentido por ser um policial militar e a imagem da própria instituição perante a sociedade, em uma crença sustentada pelo ideal social de virilidade. Aspectos particulares da condição corporal atrelada a indivíduos homoafetivos como trejeitos feminilizados passam a ser repudiados e combatidos por não condizer com a postura militar (ANDRADE; FRANÇA, 2015). O que passa a vigorar é a visão que os policiais militares desenvolvem acerca do corpo: “[...] quanto mais malhado e forte, mais disposição o possuidor deste demonstra ter para

enfrentar a criminalidade. Nesse sentido, é comum a associação entre o corpo e um ideal de masculinidade comum à instituição policial” (OLIVEIRA, 2010, p. 102). Então, como ser um policial militar “gay”?

“SÍNDROME DE ESPARTA”⁷: ENTRE O ORGULHO, A VERGONHA E O RECONHECIMENTO

Segundo os relatos históricos, a homoafetividade era admitida no exército espartano como forma de criar um laço de proteção entre os homens que, no campo de batalha, deveriam lutar para proteger seus amados. Essa lógica social era circunscrita pela relação entre um adulto e um jovem, sendo este ensinado por aquele como forma de preparação para a guerra através da “pederastia” (BERNARDET, 2001). No entanto, o mais famoso relato do amor entre homens guerreiros na Grécia antiga fica por conta da existência do Batalhão Sagrado de Tebas, criado em 378 a. C. e formado por 300 homens que formavam 150 casais de amantes. Sob a liderança de Epaminondas, esse exército lutou bravamente nos campos de batalha, sendo derrotado 40 anos depois pelas tropas de Filipe, da Macedônia (PASTORE, 2011; LUDWIG, 2002).

Ao contrário dos relatos históricos, assumir sua homoafetividade em uma caserna policial militar ainda não é motivo de orgulho, mas sim de ocultamento desta face da identidade individual e social. Na profissão PM, não se atua nas ruas com o intuito de se proteger um suposto amado, mas a si mesmo, já que o que está em jogo é a sua imagem, a qual carrega consigo, também, a imagem institucional. Desse modo, fomos em busca de compreen-

der quais são as dores morais, ou melhor, o sofrimento advindo do preconceito sentido por alunos homoafetivos que ingressaram na carreira policial militar. Para tanto, entrevistamos quatro alunos do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Salvador, na Bahia. Quanto à amostra, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a relevância do número de entrevistados cede espaço para as apreensões subjetivas e o significado dado às respostas (REY, 2005). Além disso, levamos em consideração a diminuta presença de indivíduos homoafetivos frente à maioria dos que se consideram heterossexuais presentes no CFO, pelo menos, segundo nossa ótica. Ademais, entrevistar pessoas que vivem num ambiente não afeito à liberdade de expressão quanto às identidades homoafetivas, mesmo que a distância, demanda a confiança dos entrevistados para com o entrevistador e o comprometimento entre os próprios entrevistados, que criam um pacto de “sigilo” entre eles, mediado pela amizade. Destaco tal informação pelo fato de que me foi possível chegar aos entrevistados por meio de um deles, que serviu como elo de ligação com os demais.⁸

As entrevistas foram estruturadas com questões abertas e realizadas por e-mail. O contato com os entrevistados foi estabelecido pelo fato de um deles ter procurado este pesquisador pelas redes sociais após ter tido acesso a um trabalho lançado na *Revista Brasileira de Segurança Pública*.⁹ Nesse processo, nossa maior preocupação foi resguardar as identidades dos alunos, bem como os anos de que participam da formação.¹⁰ Como quadro ilustrativo, atualmente a Academia de Polícia Militar da Bahia possui um total de 115 alunos (sendo

86 do segundo ano e 29 do terceiro ano). Desse total, o segundo ano possui 79 homens e 7 mulheres; quanto ao terceiro ano, são 25 homens e 4 mulheres.¹¹ Não existiam alunos no primeiro ano, pelo menos até a realização das entrevistas.¹²

Nesse percurso, as respostas nos levaram a compreender o que passamos a denominar de “síndrome de Esparta”, ou seja, quando indivíduos homoafetivos resolvem ingressar em carreiras militares mesmo sabendo da existência do preconceito à homoafetividade nas casernas militares (tanto nas Forças Armadas quanto nas PM), para alcançar reconhecimento e realização profissional. Os próprios entrevistados justificam a busca pela carreira policial militar: “Sempre admirei a profissão” (Aluno A); “Sempre sonhei em ser militar. Fiz o curso de soldado e me identifiquei com a profissão” (Aluno B); “Identificação com a profissão” (Aluno C).

Por outro lado, os entrevistados, ao assumirem a identificação com a profissão PM, também deixam claro qual é a imagem que criam publicamente para a sociedade acerca de suas condições homoafetivas: “Por não ser assumido publicamente, não sinto dificuldades com o mundo civil. Estar no armário é confortável, uma ‘blindagem’” (Aluno D); “Além de homossexual, também sou negro, mas confesso que já passei por situações constrangedoras mais pela segunda condição, até porque minha homossexualidade não é assumida” (Aluno B). O Aluno C acrescenta que não passa dificuldades “por ser muito discreto e não assumido”.

Nas falas apreendidas percebemos que “ser muito discreto”, ou ter a “homossexualidade

não assumida” e ainda se sentir “confortável” pela “blindagem” social utilizada na imagem pública reforça a ideia de que ser um indivíduo homoafetivo no Brasil diz respeito a não aceitação social. E, por mais evidente que tal afirmação possa parecer, no caso da carreira militar essa “hierarquia da invisibilidade” (PRADO; MACHADO, 2008) se acentua, pois os alunos passam a aceitar as regras do ideal promovido pela cultura militar reconhecendo-se neste processo de identificação com a carreira. No que tange especificamente a assumir duas identidades sociais, a militar e a homoafetiva, os alunos descrevem a força daquela diante desta:

“Apesar de não ser assumido, alguns amigos dizem que tenho trejeitos, não sei. Já ouvi muitas piadas e indiretas de instrutores e principalmente de alunos. Um capitão que é instrutor de ordem unida, por exemplo, uma vez, na frente da tropa, perguntou se eu tinha filhos, ao que respondi não; depois perguntou se eu tinha namorada, e também disse que não; daí ele me disse que ‘ficaria difícil me ajudar desse jeito’ arrancando risos dos colegas. Em outra ocasião, fomos numa missão de pegar paus de madeira para transferi-los para o almoxarifado, e durante a realização dessa missão, um dos colegas bradou, pra todo mundo ouvir: ‘Deixa (Aluno B) fazer isso sozinho, já que ele gosta de pau’. A forma que encontrei de lidar com isso foi me trancando cada vez mais no meu mundo, evitando contato com alunos. Sou muito na minha e de poucos amigos...” (Aluno B).

“Com os coordenadores e oficiais nunca tive problemas. Com os alunos também nunca me envolvi em situações constrangedoras, mas já presenciei colegas sendo vítimas de homofobia explícita, por serem afeminados demais ou assumidamente

gays. Sobre evitar falar, não me sinto preparado, me coloco no lugar dos que são assumidos e me imagino passando pelo que eles passam. Acho que hoje eu não teria estrutura psicológica pra lidar com a vida fora do armário" (Aluno D).

"Não sou assumido. Sou discreto, apenas alguns amigos próximos sabem de mim. Evito falar sobre isso porque não gosto de que as pessoas me rotulem" (Aluno C).

"Não sinto dificuldades no curso por parte de oficiais e coordenadores. Evito falar porque considero desnecessário. Acredito que a sexualidade seja apenas uma faceta de nossa personalidade, e não precisa necessariamente estar envolvida com a questão profissional" (Aluno A).

Na análise das falas percebemos que o medo de serem rotulados acompanha o cotidiano dos entrevistados, fazendo-os criar mecanismos de proteção que justifiquem a apatia na luta pelo reconhecimento de suas identidades, como quando se afirma o distanciamento entre a vida profissional e a afetiva. A dura lição se evidencia nas brincadeiras de cunho sexual por parte dos colegas de turma ou na falta de profissionalismo dos coordenadores e instrutores. Essa visualização acaba servindo como campo simbólico para mostrarmos a ausência da luta por parte dos alunos policiais contra a hierarquização social que os torna inferiores por serem considerados diferentes, pois, eles "[...] assimilam, na construção de suas identidades sociais, as características sociais e psicológicas negativas atribuídas a eles, fortalecendo e legitimando as formas de preconceito que incidem sobre eles" (PRADO; MACHADO, 2008, p. 76).

Nesse contexto, para Honneth (2003), a luta por reconhecimento atualmente perpassa não apenas o campo das desigualdades econômicas, mas especialmente os conflitos de ordem moral, a partir de três dimensões (a família, a justiça e a sociedade), o que pode gerar, quando atendidos os direitos dos indivíduos, respectivamente autoconfiança (baseada no amor dos próximos e familiares); autorrespeito (quando a lei garante o exercício da normatividade jurídica no campo dos direitos) e autoestima (baseada na aceitação social). No entanto, parece-nos que as dimensões de reconhecimento tratadas por Honneth (2003) são formas exteriores de garantir uma autonomia democraticamente assegurada. Nesse sentido, uma quarta dimensão deve ser problematizada quando o assunto diz respeito à condição homoafetiva de sujeitos inferiorizados socialmente: o reconhecimento de si mesmo. Nesse ponto, asseveramos por uma "moral do reconhecimento", na qual "[...] estaria o autoconhecimento para lograr o respeito de si, condição para lutar pelo reconhecimento de sua identidade e, com ela, situar essa luta no rumo da busca pela cidadania, sem ter de abdicar da própria identidade" (OLIVEIRA, 2006, p. 54-55). Vislumbramos, pois, que essa dimensão situa-se intrinsecamente nos indivíduos e, nessa proposta inclusiva, "[...] isso significa que a demanda por direitos políticos passa a ser sustentada por argumentos de ordem moral e não apenas políticos" (OLIVEIRA, 2006, p. 54). Aceitar e respeitar a si mesmo lutando por espaços que garantam essa aceitação seria um passo fundamental para a aceitação pelo outro.

Só que, as idiosincrasias próprias da *cop culture* sedimentam difíceis situações para os alunos policiais militares levarem em consi-

deração a moral do reconhecimento como forma de luta política para a afirmação de suas identidades a partir de si mesmos. Nesse âmbito, “sair do armário” tem se revelado, talvez, a missão mais complicada para quem está sendo treinado para resolver tantas “missões” que envolvem risco e perigo na profissão policial. Como afirmam os entrevistados: “Jamais me assumiria. Acho forte e perigoso” (Aluno B); “Tenho medo de que as pessoas descubram e que passem a me rotular ou me limitar a esse aspecto da minha sexualidade” (Aluno C). O medo de ser descoberto e a resignação do ocultamento afetivo deixam clara a percepção dos alunos sobre o sentido do ideal de virilidade presente na consolidação da cultura militarista:

“A cultura policial valoriza a masculinidade, a virilidade, a agressividade, a ‘cara fechada’. Atitudes que destoam desse padrão não são bem vistas. Mulheres e homossexuais não são aceitos com facilidade, e muitas vezes são desacreditados e tidos como ‘fracos demais’ para desempenhar missões policiais, pois não intimidam nem impõem medo” (Aluno D).

“Existe cobrança por virilidade, masculinidade, mas acho que isso é cultural, extrapola o mundo da polícia, é só um reflexo do que já existe na nossa sociedade” (Aluno B).

“A instituição exige uma postura ‘de homem’ de toda a tropa, inclusive por parte das mulheres. Não existe espaço para o diferente. A visão da homossexualidade é a pior possível, e sempre é reforçada por instrutores e pelos próprios colegas, que costumam estigmatizar os alunos assumidamente gays ou que eles supõem que o sejam” (Aluno A).

A cultura valoriza a masculinidade e a visão institucional reforça isso, por meio de ideias como ‘só policiais homens conseguem dar conta de ocorrências’ ou ‘lugar de gays e mulheres não é na PM’ (Aluno C).

Vê-se, portanto, que os alunos demonstram consciência quanto à “construção social da masculinidade” (OLIVEIRA, 2004) e da virilidade presente na formação e na profissão policial militar como um todo. E ao assumirem identidades sociais que pela imposição cultural parecem ser ambíguas, ou seja, ser um policial militar “gay”, a força do discurso estabelece a incompatibilidade entre “ser homem” e “ser fraco” como se a condição homoafetiva não habilitasse os alunos a demonstrarem aspectos naturalizados da identidade masculina como “intimidar” e “impor medo”.

Diante das condições e situações impostas aos alunos, as experiências acumuladas com o cotidiano da formação e profissão policial militar ensinam-lhes a descrença no orgulho de assumirem suas identidades afetivas, por sentirem “na pele” e “na alma” as dores da estigmatização e do preconceito próprios da “hierarquia da invisibilidade” (PRADO; MACHADO, 2008). Na prática, distante de serem atitudes políticas, as posturas dos alunos, na verdade, fazem do silêncio um espaço para a sobrevivência psíquica, a qual depende de atitudes que, para dirimir a culpa, aciona comportamentos passivos: “Já que não tenho coragem de me assumir, pelo menos não contribuo com as práticas homofóbicas de muitos colegas, e me distancio sempre que as vejo. Hoje, prefiro silenciar a tomar partido. É um peso muito forte carregar isso consigo e saber que haverá

pouca ou nenhuma aceitação verdadeira” (Aluno B); “Não costumo tomar parte nos debates [sic] contra ou a favor. Apenas faço minha parte” (Aluno A); “Tento não reforçar comentários e piadas homofóbicas e a defender, indiretamente, esses policiais, ajudando-os sempre que possível e fazendo-os compreender que ser gay na polícia (mesmo que não assumido) não é a pior coisa do mundo” (Aluno C).

Por fim, o apático posicionamento político dos alunos e a ausência de uma “moral do reconhecimento” fazem emergir a vitória das representações coletivas e sua força, no melhor sentido durkheimiano, caracterizando a “síndrome de Esparta” como a ambivalente condição de se sentir orgulho e, ao mesmo tempo, vergonha de ser um policial militar “gay”. Não é à toa que o Aluno D relata: “Durante a aula inaugural do nosso curso, nosso comandante disse que não toleraria a presença de homossexuais na polícia e que se descobrisse algum na turma, este deveria ‘pedir baixa’¹³, porque ‘lugar de viado não é na polícia’”. Além disso, relembram os alunos:

“Uma situação desconfortável que aconteceu nas primeiras semanas do curso foi quando, sempre que eu entrava no banheiro (que nos quartéis é compartilhado), alguns colegas gritavam ‘pista quente’ (a expressão é usada nas aulas de tiro pra indicar que as armas estão prontas para disparo, demandando portanto cuidado por parte das pessoas que estiverem no stand de tiro e, por analogia, no banheiro, eles anunciavam a presença de um ‘perigo’, de um gay no local)” (Aluno A).¹⁴

“Tive algumas experiências marcantes enquanto soldado.¹⁵ Duas ficaram fixadas na memória

de forma forte e dolorosa. A primeira delas é que, já trabalhando na rua, numa abordagem pessoal, lembro que havia uma mulher pra ser abordada, mas não havia a presença de policial feminina, e um dos colegas sugeriu que eu procedesse à abordagem, pois ‘era do mesmo sexo’ (na época, o colega era soldado também). Outra situação: precisei pedir auxílio psiquiátrico e afastamento do serviço por quinze dias, e justifiquei no trabalho que tinha feito um procedimento cirúrgico na garganta. Depois eu soube por amigos que esse Cabo com quem eu trabalhava espalhou para toda a Companhia que o motivo da minha cirurgia era por eu ter feito sexo oral demais”(Aluno D).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição afetiva e sexual faz parte não só da nossa constituição individual, mas também está atrelada à designação de identidades e papéis sociais que passamos a assumir como forma de inserção no mundo social, o que nem sempre é motivo de consenso, e sim de conflito, quando passamos a ser considerados desiguais socialmente, por sermos diferentes. Essa diferença, portanto, por estar entrelaçada por nossas preferências afetivas, define-se pela visão culturalmente construída pela sociedade por uma “hierarquia da invisibilidade”.

Foi a partir dessa hierarquia estigmatizadora que buscamos compreender como alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Bahia, enquanto indivíduos homoafetivos, se veem diante do orgulho de serem policiais militares em formação e, ao mesmo tempo, sentirem-se envergonhados diante do olhar do grupo. Essa visão compartilhada pela cultura policial militar enseja a “construção

social da masculinidade” e da virilidade, elementos caros à cultura militarista, que visa o enaltecimento da condição “ser homem”, não possibilitando a presença de indivíduos homoafetivos nas casernas.

Portanto, esse fenômeno, que convencionamos chamar de “síndrome de Esparta”, é o que nos possibilita traduzir a identificação dos alunos com a profissão PM, ao mesmo tempo em que sofrem preconceito por serem “gays”. Essa situação inferioriza-os moralmente sem deixar espaços para lutas políticas por reconhecimento, já que o medo de “sair do armário” para evitar a rotulação do grupo (de superiores hierárquicos e colegas de curso) é a tônica constante.

Aos alunos resta a negação de suas subjetividades na esfera emotiva e, além do medo, a criação de uma série de mecanismos de defesa que aliviem o sentimento de culpa pelas atitudes de resignação e apatia diante do processo estigmatizador. Em meio à força da consolidação histórica do “desejo da nação” e seu ideal de virilidade traduzido pelas instituições militaristas como as PM, a “moral do reconhecimento” pelo autorreconhecimento torna-se, segundo nossa ótica, uma “ética do silenciamento afetivo”, ou melhor, pelas palavras de um dos entrevistados: “Penso que o guerreiro que combate essa prática¹⁶ vive como ‘um exército de um homem só’. Hoje, não tenho pulso pra ser esse homem, nem pra viver esse exercício. Quem sabe um dia...”.¹⁷

1. Utilizamos o termo homoafetividade, ao longo do texto como uma categoria de análise nos estudos sociológicos que abordam o assunto, mesmo que a palavra carregue consigo uma visão romancada e militante que visa desconstruir o peso pejorativo da expressão homossexualidade. No entanto, devemos esclarecer também que, para além da categoria científica, homossexualidade é a forma usual utilizada pelos policiais militares, o que será constatado nas falas dos alunos entrevistados.
2. O mesmo aluno policial que participa do Curso de Formação de Oficiais nas Polícias Militares, mas também nas Forças Armadas.
3. Gostaria de agradecer ao Profº Adriano de León pela revisão e pelas contribuições dadas ao texto.
4. O pundonor policial militar, que pode ser traduzido por honra, decoro ou dignidade, diz respeito a um conceito encontrado nos regulamentos disciplinares ou códigos de ética de todas as PM brasileiras, bem como, é uma norma de conduta. Nesse sentido, ir contra ou ferir o pundonor policial militar é o mesmo que agir contra o regulamento e a ética da profissão.
5. Ver decisão do Supremo Tribunal Federal sobre Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 291 acerca da constitucionalidade do artigo 235 do Código Penal Militar. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=302782>>.
6. O uso da palavra gay ao longo do texto serve para denotar propositadamente a sua pejorativação.
7. Utilizamos a palavra “síndrome” ao modo como Rolim (2006) explica a “síndrome da rainha vermelha”, ou seja, como uma metáfora para explicar um problema sociológico. Neste caso, fazemos alusão ao mito dos guerreiros espartanos da Grécia Antiga para cunhar tal termo, visto que tais guerreiros ficaram historicamente conhecidos pelo ideal belicista de seu povo.
8. Todos os contatos feitos com os entrevistados deram-se, como destacado, por e-mail. Após um primeiro contato com um deles, foi possível obter o e-mail dos demais. Não foi preenchido nenhum Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no entanto, os entrevistados se dispuseram livremente, por meio dos e-mails, a participar da pesquisa. Para resguardar as identidades dos mesmos, utilizamos uma letra do alfabeto – que também serviu para diferenciá-los.
9. Ver França e Gomes, 2015.
10. Destacamos esta informação pelo fato do Curso de Formação de Oficiais ser um bacharelado em segurança pública e funcionar durante um período de três anos. Logo, os alunos entrevistados poderiam ser identificados caso expuséssemos o ano a que pertencem.
11. Informações obtidas com um dos entrevistados.
12. Os e-mails foram respondidos ao longo do mês de janeiro de 2016.
13. Expressão nativa da cultura policial militar que significa desistência.
14. D’Araújo (2008) observa o mesmo fenômeno nas Forças Armadas ao relatar que os heterossexuais usam como justificativa para a não presença dos homossexuais nos quartéis o fato de que estes não são capazes de controlar seus instintos diante da presença de homens,

como no compartilhamento de barracas em acampamentos militares. Tal situação pode vir a ameaçar a tranquilidade da tropa, bem como colocar em evidência o desrespeito aos padrões morais exigidos pela profissão de cunho militar. Disponível em: [www.migalhas.com.br>art200806618-1](http://www.migalhas.com.br/art200806618-1).

15. *Como as duas formas de ingresso nas corporações policiais militares são por concurso público ou por meio do Exame Nacional do Ensino Médio, para frequentar o curso de ora analisa, e através de concurso público para frequentar o Curso de Formação de Soldados, ocorre de soldados já formados ingressarem no CFO para ascenderem na escala hierárquica institucional, já que ser soldado diz respeito a estar localizado na base da hierarquia PM.*
16. *Referência à luta na caserna PM contra o preconceito aos indivíduos homoafetivos.*
17. *Aluno D.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Flávio; BARCELLOS, Sérgio. **Toque de silêncio**: uma história de homossexualidade na marinha do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- ANDRADE, Nayhara Helena Pereira de; FRANÇA, Fábio Gomes de. Polícia militar, homossexualidade e preconceito: um estudo sobre a efetividade jurídica e a profissão policial. In.: FRANÇA, Fábio Gomes de; SANTOS, Carlos Eduardo Batista dos (Org.). **Estudos em segurança pública**: direitos humanos, polícia e violência. João Pessoa: Ideia, 2015. p. 241-264.
- BERNARDET, Jean-Claude. Ser ou não ser não é a questão. In: PINSKY, Jaime. **12 faces do preconceito**. São Paulo: Contexto, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRITO, Mozar José de; PEREIRA, Valéria da Glória. Socialização organizacional: a iniciação na cultura militar. **RAP**, Rio de Janeiro, 30 (4): 138-165, jul/ago de 1996.
- BURKE, Marc. Cop culture and homosexuality. **Police journal**, [S.l.], v. 65, n. 1, p. 30-39, jan./mar. 1992.
- CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- CÓDIGO PENAL MILITAR. Decreto-Lei nº 1.001, de 10 de outubro de 1969. In.: **13 em 1**. Equipe América Jurídica (org.). 2ª Ed. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2006.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Mulheres, homossexuais e forças armadas no Brasil**. 2008. Disponível em: . Acesso em: 01 ago 2016, às 14:00 horas.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v. 2.
- _____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução de R. Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011. v. 1.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história das violências nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FRANÇA, Fábio Gomes de; GOMES, Janaína Letícia de Farias. “Se não aguentar, corra!”: um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 142-159, ago/set 2015.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar da civilização. In: **Cinco lições de psicanálise**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- IZECKSOHN, Vítor. Quando era perigoso ser homem: recrutamento compulsório, condição masculina e classificação social no Brasil. In.: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia (Org.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 267-297.
- LEÓN, Adriano de. Bola no pé e caneta na mão: futebol e direito em busca do falo perdido. **Revista política e trabalho**, João Pessoa, Edição 27-30, 2009.
- LUDWIG, Paul Walter. **Eros and polis**: desire and community in Greek political theory. Cambridge: Cambridge University Press (C.U.P.), 2002.
- MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume Editora, 2012.
- MOREIRA, Rosimeri. Virilidade e o corpo militar. **História: debates e tendências**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 321-335, jul./dez. 2010.
- MUNIZ, Jaqueline. **“Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”**: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. 286 f.. Tese (Doutorado em Ciência Política) -IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, Jonas Henrique de. O corpo como significado ou o significado do corpo: poder, violência e masculinidade na polícia militar. **Vivência**, [S.l.], n. 35, p. 101-117, 2010.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

PALMIOTTO, Michael J.; UNNITHAN, N. Prabha. **Policing and society**: a global approach. Delmar: Cengage Learning, 2011.

PASTORE, Fortunato. O batalhão sagrado de Tebas: militarismo e homoafetividade na Grécia antiga. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 1, n. 1, p. 39-51, jun./nov. 2011.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

PRADO, Marco Aurélio Máximo et. al. Segurança pública e população LGBT: formação, representação e homofobia. In: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro; BAPTISTA, Gustavo

Camilo; FIGUEIREDO, Isabel Seixas de. **Segurança pública e direitos humanos**: temas transversais. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. p. 57-79.

RAGO, Margareth. Prefácio. In.: MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume Editora, 2012. p. 13-15.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Edusp, 2004.

REY, Fernando González. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Thompson, 2005.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Berços de heróis**: o papel das escolas militares na formação de “salvadores da pátria”. São Paulo: Annablume, 2004.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Hans Gerth; C. Wright Mills (Org.). Tradução de W. Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

“Hierarquia da invisibilidade”: preconceito e homofobia na formação policial militar

Fábio Gomes de França

Resumen

“Jerarquía de la invisibilidad”: preconceito y homofobia en la formación policial militar

Este artículo examina la visión de alumnos homoafectivos que han ingresado en el Curso de Formación de Oficiales (CFO) de la Policía Militar del estado de Bahía. De esa manera, considerando la evidente “dominación masculina” en la realidad de los cuarteles policiales y de la consiguiente naturalización de una cultura institucional en la que el atributo “ser hombre” fortalece valores belicistas, intentamos comprender como se constituye la presencia de alumnos homoafectivos masculinos en un ambiente de formación policial militar. Para eso, hemos aplicado cuestionarios con cuestiones abiertas, enviadas por e-mail. A partir de las respuestas obtenidas, constatamos una situación contradictoria: a un lado, tenemos la cultura del cuartel policial militar hacia el perjuicio en contra alumnos homoafectivos; al otro, eso alumnos se conforman a las reglas encontradas en el cuartel de formación, negando públicamente la dimensión sexual y afectiva de sus identidades para que se les acepten. Finalmente, se revela una “jerarquía de la invisibilidad” que lleva esos individuos a ocultar su auto-reconocimiento.

Palabras clave: Policía Militar. Virilidad. Homoafectividad.

Abstract

“Hierarchy of invisibility”: prejudice and homophobia in military police training

This article expounds on the view of homoaffective students enrolled on the Officers Training Course (CFO) of the Military Police of Bahia. In view of the evident “male domination” prevailing within police barracks and consequent naturalizing of an institutional culture in which the attribute of “being manly” underpins bellicose values, we seek to understand the situation of homoaffective male students in a military police training environment. To this end, questionnaires containing open questions were administered by e-mail. The responses obtained revealed a contradictory situation: while the culture of military police barracks involved prejudice against homoaffective students, this group adhered to the cultural rules within the training barracks, publicly denying the sexual and affective dimension of their identities in order to gain acceptance. Finally, a “hierarchy of invisibility” is unveiled that leads these individuals to concealing their self-recognition.

Keywords: Military Police. Virility. Homoaffectivity.

Data de recebimento: 16/05/2016

Data de aprovação: 25/08/2016

